**Disciplina:** Avaliação de serviços e sistemas locais de saúde

**Aluno:** Aldrin de Sousa Pinheiro

**SÍNTESE DE ARTIGO DE AVALIAÇÃO - 2**

BONAN, C; SILVA, KS; SEQUEIRA, ALT; FAUSTO, MCR. Avaliação da implementação da assistência ao planejamento reprodutivo em três municípios do Estado do Rio de Janeiro entre 2005 e 2007. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, Recife, 10 (Supl. 1): S107-S118 nov., 2010.

 O artigo teve como objetivos avaliar o grau de implementação das ações programáticas da assistência ao planejamento reprodutivo (PR) em três municípios do Estado do Rio de Janeiro e investigar como aspectos do contexto político, cultural e institucional poderiam influenciar nesse processo. Nos aspectos metodológicos trata-se de uma pesquisa avaliativa abrangendo três municípios ( um da região metropolitana e dois localizados no interior do Estado) selecionados com auxílio da secretaria estadual de saúde do RJ e considerando os seguintes critérios: existência do programa de assistência ao planejamento reprodutivo, independente do tempo do mesmo; potencial de institucionalização do programa; e motivação dos gestores municipais para avançar na implementação. Em cada município foram selecionadas unidades de saúde de localizações distintas no território, para captar a diversidade da experiência da implementação do planejamento reprodutivo. Foram incluídas seis unidades do município A, quatro do B e apenas uma do município C, sendo esta a única unidade com planejamento reprodutivo implantado. Os dados foram coletados através de fontes orais, documentais e observacionais. Foram realizadas entrevistas com 43 profissionais de saúde (29 no município A, 9 no B e 5 no C), incluindo os secretários de saúde dos três municípios, técnicos das secretarias de saúde, gestores e profissionais das unidades de saúde. Em cada unidade procurou-se entrevistar todos os profissionais envolvidos no PR, e foram entrevistados no mínimo dois profissionais nas unidades dos municípios A e C e pelo menos um nas unidades do município B, distribuídos entre as seguintes categorias: seis médicos, oito enfermeiros, oito assistentes sociais e um psicólogo. As entrevistas foram realizadas utilizando roteiro semi-estruturados, e procedeu-se também observação das unidades para avaliar a infra-estrutura e revisar os materiais documentais do programa. Foi construído um modelo teórico-lógico para a avaliação da implementação, que subsidiou a elaboração dos roteiros para a coleta de dados e de uma matriz de avaliação com padrões e critérios (atividades clínico-assistenciais do PR, atividades de informação e educação e gerenciamento do programa na unidade de saúde), com valor total de 1000 pontos distribuídos entre os vários componentes. Para a classificação do grau de implementação considerou-se 0-39%, não implementado; 40-60%, incipiente; 61-70%, moderado; 71-80%, moderadamente avançado; 81-90 %, avançado; 91-100%, implementado.

 O artigo não deixa clara a pergunta avaliativa. Na seleção das unidades investigadas não foi detalhado o universo da pesquisa (total de unidades onde há implantação do PR), e se a amostra de unidades é representativa. Outro aspecto interessante para discussão relaciona-se a falta de detalhes sobre a análise do dados gerados a partir da observação das unidades e dos materiais documentais (análise de conteúdo? Categotização temática?). Carece de atenção um maior detalhamento e explicação sobre a definição dos percentuais utilizados na classificação do grau de implementação. A matriz de avaliação não pormenoriza os elementos, destacando mais claramente os valores representativos.